

FERNANDES, Valéria Diez. **Lei Maria da Penha**: o processo penal no caminho da efetividade. 2013. 283 f. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERNANDES, Valéria Diez. **Lei Maria da Penha**: o processo penal no caminho da efetividade. 2013. 283 f. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. --- *Localização*: 343.6-055.2(81)(094.46) / F391L

Introdução.....	1
CAPÍTULO 1 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGISLATIVA DOS DIREITOS DA MULHER	
1.1 Retrospecto histórico e legislativo no Brasil.....	5
1.1.1 Brasil Colônia.....	5
1.1.2 Brasil Império.....	10
1.1.3 Brasil Republicano.....	13
1.1.4. Constituição Federal de 1988 e legislação subsequente.....	17
1.2. Convenções Internacionais .....	23
1.2.1. Sistema Global: Convenção CEDAW.....	26
1.2.2. Sistema Regional Interamericano: Convenção de Belém do Pará.....	30
1.3. Direito Estrangeiro.....	32
1.3.1 América.....	32
1.3.1.1. Argentina.....	33
1.3.1.2 Chile.....	39
1.3.1.3 Estados Unidos da América.....	42
1.3.2 África.....	44
1.3.2.1 Angola.....	46
1.3.3. Ásia.....	49
1.3.3.1 Afeganistão.....	52
1.3.3.2 Camboja.....	56
1.3.3.3 China.....	58
1.3.3.4 Irã.....	59
1.3.3.5 Israel.....	61
1.3.4 Europa.....	62
1.3.4.1 Espanha.....	68
1.3.4.2 Portugal.....	74
1.3.4.3 Alemanha.....	79

## CAPÍTULO 2 – DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA LEI MARIA DA PENHA

2.1 A Lei Maria da Penha como discriminação positiva.....	82
2.2. Conceito e aspectos gerais.....	88
2.2.1 Da violência de gênero.....	91
2.3 Formas de violência e tipologia.....	98
2.3.1 Violência física.....	99
2.3.2 Violência psicológica.....	113
2.3.3 Violência sexual.....	121
2.3.4. Violência patrimonial.....	129
2.3.5. Violência moral.....	133
2.4 Efetividade do modelo legal de violência.....	135

## CAPÍTULO 3 – PROCESSO PENAL PROTETIVO NA LEI MARIA DA PENHA

3.1 Necessidade de uma proteção específica.....	138
3.2 O silêncio da vítima e o ciclo da violência.....	143
3.2.1. Fatores que contribuem para o silêncio da vítima.....	146
3.3. Conciliação <i>versus</i> responsabilização do agressor.....	153
3.4. As medidas protetivas de urgência.....	158
3.4.1. Natureza jurídica e requisitos.....	158
3.4.2 Proteção integrada -Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Código de Processo Penal.....	163
3.4.3. Medidas protetivas em espécie.....	167
3.4.3.1. Medidas que obrigam o agressor.....	168
3.4.3.2. Medidas destinadas à vítima.....	175
3.4.3.3. Medida genérica de reeducação do agressor.....	182
3.5 Procedimento.....	189
3.6 Prisão preventiva por descumprimento.....	195
3.7. Efetividade do processo protetivo.....	200

## CAPÍTULO 4 – PROCESSO PENAL CRIMINAL NA LEI MARIA DA PENHA

4.1 Os contornos da violência doméstica e revitimização.....	204
4.2. A representação.....	207
4.2.1 A representação para a lesão leve.....	210
4.2.2 A audiência do artigo 16 da Lei nº 11.340/06.....	213
4.3 Investigação e atendimento da vítima pela autoridade policial.....	215
4.3.1. Atuação protetiva da autoridade policial.....	218
4.3.2. Atuação repressiva da autoridade policial.....	219
4.3.3 Dever jurídico de atuar.....	222
4.4. O processo por violência doméstica.....	223
4.4.1. Aplicação subsidiária de outras normas.....	224
4.4.2. Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.....	225
4.4.2.1 Competência criminal.....	228
4.4.2.2. Competência para as medidas protetivas (civil).....	228
4.4.3 Impossibilidade da aplicação de penas pecuniárias isoladas e dos institutos da Lei nº 9.099/95.....	230
4.4.4 Atuação diferenciada do Ministério Público.....	233
4.4.5 Assistência Judiciária.....	236
4.4.6 Equipe de atendimento multidisciplinar.....	236
4.5 O processo criminal por estupro de vulnerável.....	238
4.5.1 Peculiaridades do processo por estupro de vulnerável.....	239
4.5.2 Premissas para o enfrentamento do estupro de vulnerável.....	242
4.6 Análise da efetividade do processo criminal por violência.....	245
CONCLUSÕES.....	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	252

### [TEXTO INTEGRAL](#)